

A ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA DO MULTILETRAMENTO NA FORMAÇÃO DO LEITOR PROFICIENTE

THE PEDAGOGICAL STRATEGY OF MULTILITERACY IN THE FORMATION OF THE PROFICIENT READER

Élida Valeria da Silva Lima¹, Daniel González González²

Resumo: Este artigo relaciona-se à práxis docente com os multiletramentos imersos em vivências de letramento crítico, para a formação do leitor proficiente e protagonista na sociedade, o que impulsionou à seguinte questão norteadora: Como a escola tem se preparado para formar leitores proficientes e autônomos numa sociedade multicultural e tecnológica? O objetivo geral procurou responder quais os principais desafios da aplicabilidade do multiletramento na formação do leitor proficiente nos anos finais do Ensino Fundamental. Utilizou-se método qualitativo, com entrevistas abertas e as análises documentais, como instrumentos de coleta de dados, possibilitando a compreensão aprofundada e holística do tema em pauta. A investigação foi conduzida na direção do público-alvo, professores de Língua Portuguesa em efetivo exercício docente, Gestor e Pedagogo Escolares da Escola Estadual Maria Calderaro em Presidente Figueiredo-AM. A obtenção dos dados qualitativos foi precedida da inquirição apurada por bases teóricas, conceituais, históricas e contextuais sobre o multiletramento com o suporte teórico de alguns autores, dentre eles, Rojo e Moura (2019), Ribeiro (2016), Libâneo (2011). Os resultados do estudo evidenciam que as desigualdades educacionais são facilmente potencializadas pela falta de infraestrutura e de recursos tecnológicos em conectividade aos educadores, alunos e comunidade escolar.

Palavras chave: Multiletramento - Proficiência Leitora - Contemporaneidade

¹Maestría en Ciencias de la Educación - Facultad de Ciencias de la Educación y la Comunicación - Universidad Autónoma de Asunción E-mail: elidavaleria7@gmail.com

²Orientador: Prof. Dr. Daniel González González –Universidad Autónoma de Asunción, Paraguay Email: danielgg1963@gmail.com

Abstract: *This article is related to teaching praxis with multiliteracies immersed in experiences of critical literacy, for the formation of the proficient reader and protagonist in society, which prompted the following guiding question: How has the school been prepared to form proficient and autonomous in a multicultural and technological society? The general objective sought to answer what are the main challenges of the applicability of multiliteracy in the formation of the proficient reader in the final years of elementary school. A qualitative method was used, with open interviews and documentary analysis, as data collection instruments, enabling a deeper and holistic understanding of the topic at hand. The investigation was conducted towards the target audience, Portuguese Language teachers in effective teaching practice, School Manager and Pedagogue of the State School Maria Calderaro in Presidente Figueiredo-AM. Obtaining qualitative data was preceded by inquiry based on theoretical, conceptual, historical and contextual bases on multiliteracy with the theoretical support of some authors, including Rojo and Moura (2019), Ribeiro (2016), Libâneo (2011). The results of the study show that educational inequalities are easily enhanced by the lack of infrastructure and technological resources to connect educators, students and the school community.*

Keywords: *Multiliteracy - Reading Proficiency – Contemporary*

INTRODUÇÃO

O trabalho docente com multiletramento implica imergir em vivências de letramento crítico, com vistas à formação do leitor proficiente, protagonista na sociedade, ciente dos desafios contemporâneos da vida. É urgente a necessidade da ação originada da práxis pedagógica para o desenvolvimento dos processos linguísticos abrangentes, incluindo os digitais. A temática do multiletramento como estratégia pedagógica e com significado que remete à diversidade cultural da multiplicidade de linguagens, em textos multimodais e multissemióticos, é relevante e atual na sociedade contemporânea, pois a prática docente pautada no viés do multiletramento impulsiona a inovação do processo ensino-aprendizagem nos contextos de leitura, da compreensão e, conseqüentemente, na formação de sujeitos com mente flexível, com capacidade de análise e síntese. Nisto, a primeira Base Nacional Comum Curricular do Brasil, aguardada por 20 anos,

concretizada/homologada somente em 2017, firma-se ao estabelecer as diretrizes para a elaboração dos currículos escolares do sistema educacional brasileiro, com princípios basilares na igualdade de tratamento, equidade e objetivos educacionais de aprendizagem.

Alguns questionamentos promoveram inquietações que levaram à construção deste estudo, dentre os quais cita-se: Como a escola tem se preparado para formar leitores proficientes e autônomos numa sociedade multicultural e tecnológica? Quais competências, antes reservadas aos inovadores, os docentes contemporâneos do século XXI precisam desenvolver para uma prática pedagógica estimulante, viva e participativa, que desperte o interesse das crianças, adolescentes e jovens para a leitura e a produção textual? Tais questionamentos levaram ao objetivo geral que propôs analisar os desafios da inserção da prática pedagógica de multiletramento na formação do leitor proficiente nos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Estadual Maria Calderaro em Presidente Figueiredo/AM. O caminho percorrido pela pesquisadora foi pautado pelo desenho metodológico de pesquisa descritiva, de corte transversal com enfoque qualitativo.

O estudo evidenciou grandes desafios em oferecer as mesmas oportunidades e à garantia do direito à aprendizagem às crianças e adolescentes, principalmente àqueles em situação de vulnerabilidade social em um sistema de ensino tradicional de escolas desatualizadas, em contraste às exigências de uma sociedade multicultural, multiletrada, tecnológica e globalizada. A principal contribuição desta pesquisa para o avanço científico na área das linguagens, diz respeito aos dados que serão úteis para subsidiar políticas públicas que integrem adoções de metodologias que venham melhorar a qualidade do ensino aos alunos da Educação Básica, contribuindo na formação leitora como preconizam as Diretrizes Educacionais do País, assim como a recente Base Nacional Comum Curricular-BNCC/2017.

Breve contextualização dos principais marcos normativos das políticas públicas educacionais no Brasil

A garantia do direito do acesso à educação por qualquer brasileiro foi estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, integrando princípios importantes e universais. É a mais

importante lei brasileira da educação. Não é nova, sendo mencionada pela primeira vez na história da educação de nosso país, na Constituição de 1934. A partir dos avanços obtidos pela LDB 9394/96 outros documentos educacionais foram sendo delineados e surgiram como balizadores e norteadores dos sistemas educacionais brasileiros.

A educação sistematizada escolar é formada por dois níveis de ensino: A Educação Básica, que corresponde à Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; e a Educação Superior. Para que sejam atendidas as necessidades da educação brasileira em todos os seus níveis de ensino, as ações, programas e políticas públicas oriundas do Ministério da Educação - MEC, são formuladas à luz da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Das discussões realizadas no importante evento mundial, Conferência de Jomtien no ano de 1990, surgiu o Plano Decenal de Educação para Todos e, com ele, a necessidade de se elaborar parâmetros claros no campo curricular em conformidade com o que estabelece a Constituição de 1988, para orientar as práticas pedagógicas e de ensino obrigatórias, com base nos ideais democráticos e na melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são elaborados então, com o intuito de catalisar as ações educacionais para o alcance da melhoria da qualidade educacional brasileira. Trata-se de uma proposta flexível, surgida nos anos de 1997 e 1998, a partir da organização curricular apontada pela LDB 9394/96, não se configurando, portanto, em uma proposta impositiva e homogênia.

As Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem as normas obrigatórias da base nacional comum curricular e são o resultado do amplo debate com as diversas representatividades sociais, promovido pela Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, com o objetivo de prover os sistemas educativos em seus níveis federal, estadual e municipal. A Constituição Federal de 1988 assegura a educação básica como um direito fundamental e as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN's vêm corroborar com esse direito, buscando orientar a organização, articulação, desenvolvimento e avaliação dos projetos pedagógicos de todas as redes

de ensino brasileiras.

A homologação da nova Base Nacional Comum Curricular, pelo Conselho Nacional de Educação-CNE, em 20 de dezembro de 2017, representa um marco na história da educação no Brasil, apesar de que a proposta de uma Base Nacional não é recente. O Artigo 210 da Constituição Federal de 1988 já prevê que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (Brasil, 1988, p.137). Por estar prevista na Constituição Federal, a Base Nacional Comum Curricular não é uma política de governo e sim uma política educacional de nação e, configura-se como um extenso documento legal que veio para impactar todo o sistema educacional brasileiro, desde a esfera macro até a micro, o chão da escola. Documento norteador dos sistemas de ensino e seus respectivos currículos de todas as unidades federativas do Brasil, a Base Nacional Comum Curricular se estrutura em torno de 10 competências gerais, que são os pilares que nortearão as práticas pedagógicas dos professores em todos os anos nos componentes curriculares da Educação Básica.

As aprendizagens na Base Curricular são articuladas às áreas de conhecimento, às habilidades, às competências específicas que, por sua vez culminam no desenvolvimento cognitivo e socioemocional das competências gerais. É a chamada formação integral, que habilita crianças, adolescentes e jovens a viver em sociedade utilizando os conhecimentos com autonomia, cidadania, ética e consciência ambiental.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) articula-se com a própria Constituição Federal, quando garante em seu Artigo 206, incisos I, III, VI e VII a igualdade de condições de acesso à escola, o pluralismo de ideias, a qualidade do ensino; assim como com outros documentos que são os pilares da educação brasileira: a LDBEN 9394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Base Nacional Comum Curricular, as Propostas Curriculares das Redes de Ensino, o Regimento Escolar. Este último, o Regimento, “materializa o Projeto Político Pedagógico na forma de registros de procedimentos, funções, atribuições e composição de cada um dos diferentes segmentos e setores da unidade” (CEDAC,

2016, p.17).

Por sua vez, as avaliações externas ou de larga escala, não representam o processo pedagógico, tão pouco substituem as avaliações de aprendizagens feitas pelos professores em seus respectivos contextos das ações pedagógicas nos ambientes escolares. Elas permitem que os sistemas de ensino, secretarias, gestores escolares, professores, pais e alunos tenham uma visão ampla e clara, de parâmetros externos, das fragilidades e qualidades de seus processos pedagógicos, uma vez que, como pontuam Blasis et al., (2013, p.7) “a compreensão detalhada desses resultados amplia a percepção sobre as possibilidades de diálogo entre essas avaliações e as práticas de ensino e de gestão, tanto no âmbito das escolas como das secretarias de educação.” As avaliações externas são capazes de mostrar que a qualidade do ensino e da aprendizagem ocupa o lugar central nas discussões educacionais. Caminhos alternativos estão sendo trilhados, pois desde as mudanças de 2005, as Redes Estaduais e Municipais de Ensino buscam organizar suas próprias estruturas de avaliação em larga escala, sendo que, a maioria baseia-se na metodologia utilizada pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica.

A realização de um sistema de avaliação em larga escala com amplitude nacional orienta e possibilita a observação, aferição e o registro regular da qualidade da educação básica, por meio de indicadores.

A construção da identidade do sujeito no exercício da cidadania pela leitura

A identidade de um ser humano se caracteriza pela soma de seus atributos, distinguindo-o dos demais e, o exercício da leitura constrói a identidade que atua através da plena cidadania. Ser cidadão implica, então, em um processo contínuo de aprendizagem e de atuação consciente na sociedade. Tal processo contínuo, a partir da identidade e que leva a ser cidadão, está relacionado à competência leitora e ao direito de aprender.

A cidadania do povo amazonense tem raízes na cultura indígena, porém não deve ser tomada como isolada dos acontecimentos sociais, históricos e econômicos do restante do país. Esta cultura foi marcada pela exploração dos recursos naturais da região amazônica desde a sua colonização. Não obstante, houve perdas culturais em grande escala, como esclarece Santos (2010, p.274) sobre os indígenas que “muito já

se disse sobre o extermínio físico e cultural dessa população durante os períodos de conquista e da colonização, mas ainda é pouco pelo o que representa perda do patrimônio cultural e natural (...)”.

A riqueza dos gêneros textuais de autores regionais amazonenses revela os modos de proceder de um povo, de seus valores espirituais e morais, de suas configurações artísticas e de seus símbolos, de suas tradições. Esta diversidade discursiva está intimamente ligada às práticas sociais, por isso, nenhuma cultura é imóvel, estática, ao contrário, a cultura é dinâmica e move-se transformando-se de acordo com as trocas sociais e empíricas das civilizações ao longo da história humana.

Respeitando e reconhecendo as práticas discursivas sociais, o Referencial Curricular Amazonense/RCA compreende os direitos, os objetivos da aprendizagem e do desenvolvimento que nortearão a elaboração dos currículos nos sistemas de ensino em todo o Estado. Este importante referencial para a Educação do Amazonas foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação-CEE/AM em 16/10/2019, instituído pela Resolução nº 098 publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas em 14/11/2019, portanto é um documento bem recente e teve a colaboração de diversos especialistas nas diversas áreas do saber. Os especialistas de áreas autores coletivos do RCA, fazem parte da multidisciplinaridade de atores profissionais da educação, nos âmbitos Estadual e Municipal, em sua grande maioria professores da Educação Básica. Neste sentido,

Enfatiza-se que a escola é um espaço que assegura o direito a educação de todos sem distinção e, portanto, tem o dever de oferecer uma educação de qualidade com base em um currículo que atenda a diversidade do Estado, os anseios das crianças, dos adolescentes e dos jovens que almejam a promoção da aprendizagem na perspectiva da busca pelo conhecimento necessário para seu desenvolvimento, pessoal, social e profissional (Amazonas, 2019, p.18).

Leitura: o letramento e o multiletramento

O termo letramento vai muito além da decodificação de símbolos. É o uso social da língua/linguagem na mobilização de conhecimentos, a fim de tornar eficiente sua vida de cidadão. Para Soares (citado em Rojo e Moura, 2019, p.13):

O termo multiletramento encerra conceitos importantíssimos na contemporaneidade. O prefixo "multi" neste contexto, diz respeito à multiculturalidade das sociedades globalizadas e à multimodalidade dos textos que circulam nelas. A proficiência leitora tão almejada pedagogicamente nos dias atuais passa pela prática docente do multiletramento, pela organização do trabalho pedagógico, levando-se em conta o uso da linguagem como prática social. É importante estabelecer as habilidades e competências inseridas nos diversos gêneros textuais que circulam socialmente, inclusive os multimodais e semióticos, levando-se em consideração que “as práticas de linguagem contemporâneas não só envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir” (Brasil, 2018, p.68).

A proximidade dos estudos e das teorias entre Bakhtin e Vygotsky remete à aprendizagem como um processo ininterrupto “(...) e a educação é caracterizada por saltos qualitativos de um nível de aprendizagem a outro, daí a importância das relações sociais” (Coelho e Pisoni, 2012, p.148). É na interação social que o conhecimento se desenvolve, direcionando o ser humano aos discursos multimodais e às práticas sócio-culturais dos multiletramentos num movimento dialógico.

É essencialmente importante e urgente, que os docentes de Língua Portuguesa planejem e executem eventos didáticos inseridos no uso da língua materna nas distintas esferas de comunicação, favorecendo a formação dos sujeitos críticos e autônomos nas práticas sociais de leitura e escrita dos multiletramentos. Ante aos fenômenos da globalização, da diversidade cultural e linguística presentes nas salas de aulas, diversidades estas advindas da mobilidade dos povos, assim como do direito ao ensino público gratuito assegurado pela Carta Magna de nosso país, como utilizar práticas letradas pertinentes à contemporaneidade, que contemplem as hipertextualidades relacionadas aos múltiplos letramentos? Segundo Rojo (2010, p.29) “os multiletramentos exigem um tipo diverso de pedagogia em que a linguagem verbal e outros modos de significar são vistos como recursos representacionais dinâmicos que são constantemente recriados por seus usuários.” As linguagens multimodais e multissemióticas vêm ganhando espaços relacionados aos significados das mídias e da cultura, trazendo também à baila o termo multiculturalismo.

As relações sociais modificaram-se e estão em constante expansão e, isto, inclui as relações didático-pedagógicas contemporâneas, com as nuances do multiculturalismo, do multiletramento, das tecnologias da informação, da quebra de paradigmas educacionais e da necessidade de uma formação mais adequada ao docente do século XXI. Neste sentido, Libâneo, (2011, p.60), enfatiza que “a nova economia da educação, em boa parte sustentada na inovação tecnológica, estaria supondo bases mínimas de escolarização que o capital precisaria para fazer frente às novas necessidades de qualificação e requalificação profissional (...) Concomitantemente, do profissional da educação da atualidade, principalmente do professor, exigem-se habilidades específicas, não somente na área das TICs, como também na área socioemocional, a fim de darem conta do complexo funcional de atitudes, valores e competências, para a inserção do ser humano cidadão que se busca formar em uma sociedade plural, desigual e globalizada.

DESENHO METODOLÓGICO

Este trabalho apresenta um desenho de pesquisa descritiva, de corte transversal com enfoque qualitativo de compreensão holística do objeto de estudo. O tipo de pesquisa denominada como descritiva, possibilita essencialmente ao pesquisador, o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fenômenos no seu estado natural do mundo físico, aqui postulado como a práxis docente no ensino da Língua Portuguesa visando a formação do leitor proficiente. Assim, a pesquisa descritiva com proximidade à exploratória, tem a finalidade de ampliar o conhecimento a respeito do multiletramento, analisando a realidade e suas características de atuação docente nos anos finais do Ensino Fundamental. “A abordagem é baseada em pesquisas anteriores, mas também no processo de imersão no contexto, a recolha dos primeiros dados e a sua análise” (Sampieri, Collado e Lucio, 2014 p.365).

Um número pequeno, não probabilístico e intencional de participantes foi qualitativamente considerado, a partir de critérios prévios relacionados aos anos finais do Ensino Fundamental na Escola Estadual Maria Calderaro em Presidente Figueiredo/AM-Brasil.

Portanto, os participantes correspondem a 05 (cinco) pessoas entre Professores de Língua Portuguesa, Pedagogo ou Apoio Pedagógico e Gestor Educacional, os quais têm relação direta com a atuação na área educacional da Educação Básica da pesquisa em questão. São pessoas interligadas e interrelacionadas ao mesmo objeto de estudo, reconhecidas como sujeitos cognoscentes que produzem vivências e conhecimentos, que realizam a práxis educacional para intervir nos problemas na busca de soluções.

A sequência das ações para a coleta de dados, seguiu-se a partir de um cronograma de entrevistas, com os devidos contatos verbais antecipados para os ajustes das datas, horários, locais para a realização das mesmas, com o envio antecipado dos Termos de Consentimento Livres e Esclarecidos/TCLE's. A duração das entrevistas foi em média de 30 a 40 minutos cada uma, sendo que todos os momentos destinados à coleta transcorreram normalmente sem nenhum entrave ou atropelo.

O projeto de pesquisa foi submetido aos Órgãos de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, formados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), através da **Plataforma Brasil, sistema CEP/CONEP no sítio eletrônico** <https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>, tendo sido **aprovado** em 02/06/2021 sob CAE nº 41989020.2.0000.9167, com parecer consubstanciado da CONEP de mesma data.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Optou-se pela análise e interpretação de dados a partir de seis (06) categorias interrelacionadas aos objetivos norteadores da presente pesquisa. A formulação e utilização de categorias analíticas no estudo qualitativo, possibilitam a classificação do conteúdo obtido em campo, a fim organizar didaticamente os resultados do estudo no decorrer do processo de análise e interpretação, processo este que também está relacionado aos documentos que trazem luz ao estudo em questão, como o Referencial Curricular Amazonense e o Projeto Político Pedagógico.

Resumo analítico da Categoria 1: Concepção de educação dos profissionais no processo ensino-aprendizagem

A partir desta primeira vertente de eixo categórico, chega-se a cinco termos-chaves pelas verbalizações originadas nos questionamentos da entrevista. São estes os termos estabelecidos pelos docentes **P1, P2 e P3**: conteúdo, coletividade e continuidade. Já os outros profissionais, Pedagogo e Gestor, definem os seguintes termos-chaves: sistematização do ensino; capacidade de leitura, respectivamente. Observa-se que a concepção de educação não é tida de maneira consciente ou latente, tanto pelos professores quanto pelo gestor e pedagogo. A formação do tipo de pessoa e de cidadão em uma instituição de ensino da educação básica é o pilar educacional que sustenta a práxis pedagógica. Algumas vezes pode estar implícita, como evidencia-se aqui, porém deve permanecer holisticamente centrada nas verbalizações espontâneas dos profissionais corresponsáveis no processo ensino-aprendizagem. Nesta perspectiva,

A educação, no contexto escolar, se complexifica e exige esforços redobrados e maior organização do trabalho educacional, assim como participação da comunidade na realização desse empreendimento, a fim de que possa ser efetiva, já que não basta ao estabelecimento de ensino, apenas preparar o aluno para níveis mais elevados de escolaridade, uma vez que o que ele precisa é de aprender para compreender a vida, a si mesmo e a sociedade, como condições para ações competentes na prática da cidadania. E o ambiente escolar como um todo deve oferecer-lhe esta experiência (Araman, 2009, p.99).

A visão de Educação registrada no Referencial Curricular Amazonense/RCA e no Projeto Político Pedagógico/PPP, objetiva a formação integral do ser humano em uma escola preparada, equipada e inovadora, porém de acordo com a realidade apresentada nas entrevistas aos professores, esta escola, que forma integralmente o ser humano, ainda não se concretizou.

É imperativo que a comunidade escolar se torne conhecida e esteja caracterizada, a fim de que o Projeto Político Pedagógico/PPP seja eficaz. A Escola foi contextualizada no documento, porém não há informações da comunidade escolar, tão pouco suas características são apresentadas. As informações são genéricas e de base teórica, sem contemplar um diagnóstico da comunidade educativa.

Resumo analítico da Categoria Categoria 2: Currículo pedagógico do multiletramento inserido nos projetos multiculturais

A situação atual pandêmica de 2020 e de 2021 tornou mais evidentes as dificuldades em integralizar o currículo pedagógico que contemple os multiletramentos no processo diário de ensino-aprendizagem. Certamente, as dificuldades em promover uma boa formação leitora dos alunos, uma formação que possibilite a atuação cidadã, com autonomia, inclusão e criticidade, já existiam latentes no ambiente e no processo educacionais. Porém, Rojo e Moura (2012), salientam que:

A chegada cada vez mais rápida e intensa das tecnologias (com o uso cada vez mais comum de computadores, Ipods, celulares, tablets etc.) e de novas práticas sociais de leitura e de escrita (condizentes com os acontecimentos contemporâneos e com os textos multissemióticos circundantes) requerem da escola trabalhos focados nessa realidade. Ocorre que, se houve e se há essa mudança nas tecnologias e nos textos contemporâneos, deve haver também uma mudança na maneira como a escola aborda os letramentos requeridos por essas mudanças (Rojo e Moura, 2012, p.99).

Na verbalização dos três docentes observa-se que no período condizente à pandemia, em que os alunos foram assistidos por um ensino de organização híbrida, não houve trabalho realizado a partir de projetos de leitura em que, inevitavelmente estaria inserido o multiletramento, pois além dos gêneros digitais, de alguma forma vistos neste período, o multiculturalismo é uma vertente a se considerar nos projetos integralizadores e multiletrados. As barreiras enfrentadas pelos docentes em realizar uma mudança significativa na práxis pedagógica, como preconiza a Base Nacional Comum Curricular/2017, ainda são muito grandes e as iniciativas no ambiente de uma mesma escola, ainda são isoladas.

O Referencial Curricular Amazonense/RCA apresenta proposta inovadora e contemporânea para a utilização da estratégia do multiletramento, com propostas de metodologias ativas na inserção do sujeito aluno em processo de aprendizagem, crítico e atuante na sociedade. Em contrapartida na análise do Projeto Político Pedagógico/PPP relacionado à categoria 2, observa-se que o documento da Escola Estadual Maria Calderaro não contempla o multiletramento, estando desconectado das práticas sociais multiletradas, com registros de propostas em linhas gerais, sem

indicadores reais para subsidiar intervenções pedagógicas.

Resumo analítico da Categoria 3 – Utilização pedagógica dos recursos tecnológicos na formação leitora dos alunos.

A formação leitora dos alunos na Educação Básica, constitui o eixo norteador das práticas letradas em todo o trabalho pedagógico. O que se busca é o êxito formativo para a autonomia e criticidade, que estão relacionados às mudanças significativas em nosso século. O avanço tecnológico, as exigências da qualidade do ensino, da inclusão, o protagonismo do aluno na sociedade em um contexto potencialmente desafiador que a pandemia por COVID-19 impôs, evidenciou mais fortemente a necessidade urgente em rompermos com a tradicional abordagem pedagógica da escola pública. A categoria analítica 3, direcionou o olhar para a utilização pedagógica dos recursos tecnológicos, essencialmente com a internet, no ensino da leitura e, especialmente em contexto de distanciamento social. Já muito antes do período pandêmico que hora vivencia-se no mundo, Braga (2009) afirma que,

A internet afeta as práticas de ensino de três maneiras distintas: possibilita a comunicação à distância (em tempo real ou não); propicia ferramentas técnicas que facilitam a produção de textos hipermídia; abre acesso a um banco de informações potencialmente infinito, disponível na rede mundial de computadores (www). Como era de se esperar, esse conjunto de possibilidades criou novas práticas letradas e também reconfigurou e ressignificou práticas já existentes (Braga, 2009, p.182).

De acordo com o que o autor Braga (2009) afirma, nota-se que docentes, pedagogo(a) e gestor(a) escolar da instituição pesquisada, apresentam evidências fortíssimas de que urgentemente, é necessário a quebra de paradigmas pedagógicos e o rompimento de barreiras estruturais/epistemológicas educacionais e tecnológicas, a fim de garantir os saberes obrigatórios/contemporâneos firmados, a partir de uma Base Nacional Comum Curricular em suas dez (10) competências, direcionando a criança, o adolescente, o jovem, o adulto estudantes para o centro do processo ensino-aprendizagem.

Conquanto o Referencial Curricular Amazonense/RCA faz a inserção das ferramentas tecnológicas educacionais e o trabalho docente a partir das novas

tecnologias, reconhecendo a urgência da quebra de modelos rígidos e tradicionais da Educação no Estado do Amazonas, o Projeto Político Pedagógico/PPP ainda desatualizado, não prevê as especificidades pedagógicas e estruturais das Tecnologias da Informação e da Comunicação na prática escolar a que se destina.

Resumo analítico da Categoria 4 - Dificuldades enfrentadas por docentes de Língua Portuguesa na utilização nas novas tecnologias

As novas exigências educacionais para o exercício da profissão docente, têm colocado em maior evidência a grande lacuna existente entre a escola, as práticas multiletradas da sociedade globalizante e as desigualdades sociais. As verbalizações docentes relacionadas às análises desta categoria mostram que as dificuldades da escola estão agora mais latentes e urgentes. Profissionais da educação encontram-se na linha de frente do que se pode chamar de “desescolarização”. Trata-se do ultimato social da morte da escola tradicional, aquela mesma desde o século XIX, na qual enfileirava os alunos em frente a um quadro de giz e ensinava todos da mesma maneira, repassando informações. A comunidade educacional clama por investimentos, formação, envolvimento e orientação. Neste sentido, Libâneo, (2011, p.63), referindo-se às novas tecnologias da comunicação e da informação-NTCI, destaca que “vendo as dificuldades da escola em acompanhar e utilizar as NTCI, alguns autores já no início dos anos 1970, em plena época de expansão econômica, falavam de uma sociedade sem escolas.” Em vez disso, provou-se com a pandemia de COVID-19, que a escola é essencialmente necessária, porém deve passar por profundas transformações. Nisto, o Referencial Curricular Amazonense de 2019, ainda em apropriação pela comunidade educacional, tem êxito, em reconhecer e pontuar as mudanças necessárias, propondo “práticas voltadas ao estímulo do pensamento lógico, crítico e criativo, da capacidade de questionar, argumentar, interagir e ampliar a compreensão de mundo (...)” (Amazonas, 2019, p.81). No entanto, é urgente a necessidade de revisão do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Maria Calderao, pois encontra-se em estado de inoperância, pela falta de revisões e ajustes à realidade, tanto de bases legais quanto contextuais.

Resumo analítico da Categoria 5 – Desafios da inserção textual da multimodalidade e da multissemiótica na práxis pedagógica.

Através das respostas verbalizadas dos(as) docentes **P1, P2 e P3**, observa-se que nesta demanda apontada pela categoria 5, não houve compreensão do significado correlato ao questionamento sobre a inserção da multimodalidade e da multissemiótica no ensino da área das linguagens. As respostas foram direcionadas aos desafios de obtenção da conectividade e de conceitos ligados às ferramentas tecnológicas na educação.

É importante destacar que, de acordo com Ribeiro (2016, p.48) “os letramentos multissemióticos também estão no rol das necessidades atuais relacionadas à cidadania (...) diante disso, exames como o Pisa, Enem e Saeb abordam uma diversidade de discursos e gêneros textuais, inclusive os multimodais (...)” Ao refletir-se assertivamente no fato de que profissionais graduados em Letras ao ensino da língua materna, por alguma circunstância adversa, seja pedagógica ou não, evidenciam deixarem ao largo gêneros textuais correlatos aos multiletramentos, entende-se que grande parte das dificuldades apontadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP, sobre os resultados negativos nas avaliações externas, ancoram-se na falta de apropriação dos conceitos de proficiência leitora. Concomitantemente, remete-se ao que afirma ainda, o mesmo autor, sobre o olhar para o fato de que “a ampliação progressiva de textos de várias esferas e de gêneros diversos na escola pode favorecer mais oportunidade de letramento e de alfabetismo, inclusive multissemióticos” (Ribeiro, 2016, p.48), assim como também aponta o Referencial Curricular Amazonense e como deveria apontar o Projeto Político Pedagógico da Escola pesquisada, atualmente desatualizado.

Resumo analítico da Categoria 6 - Processo de aperfeiçoamento docente nas demandas linguísticas e de aprendizagens da atualidade

Todos os profissionais da Educação licenciados em Licenciatura em Língua Portuguesa, ouvidos, através da técnica desta entrevista aberta, explanaram livremente suas concepções, experiências, dilemas e práticas pedagógicas. No que tange ao aperfeiçoamento profissional percebe-se o esforço pessoal dos três docentes, **P1, P2 e P3**, em obterem alguma formação ou aperfeiçoamento pedagógico.

A complexidade das relações sociais e, conseqüentemente das maneiras de aprender, têm intensificado as dificuldades de adaptação, reconhecimento, apropriação, preparo, reflexo, ação, reflexão, da escola. Esta sofre profundas transformações, não somente de bases didático-pedagógicas, como também socioeconômicas, legais e ideológicas. Neste sentido os documentos-base de sustentação da prática docente, especialmente o Projeto Político Pedagógico (obsoleto como um documento engavetado formalizado há anos) devem espelhar a reflexão contextualizada do processo educativo. O Referencial Curricular Amazonense, documento curricular recente de 2019, espelha e orienta essa reflexão, porém professores e equipe gestora precisam apropriarem-se. Assim, o professor situa-se no cerne de todas essas questões, lutando para alcançar autonomia e, ao mesmo tempo, ser alcançado no patamar de excelência através da concretização dos direitos garantidos, mas não ainda tangíveis, como a formação e/ou aperfeiçoamento contínuo.

CONCLUSÕES

É notório o fato de que estamos atravessando um período de transição no processo ensino-aprendizagem, momento em que as práticas sociais multiletradas adentram com força a instituição formal, inclusive com enormes dificuldades na utilização das novas tecnologias educacionais. Constata-se que, com a expansão da internet e conseqüentemente, das exigências comunicativas da atualidade, não há alunos somente meros receptores da informação, mas sim, participantes, protagonistas, como nos aponta os marcos referenciais e normativos do currículo escolar. As dificuldades da escola estão agora mais expostas e urgentes, pois os profissionais da educação encontram-se na linha de frente do que se pode chamar de desescolarização para a inserção das novas tecnologias educacionais.

O objetivo específico 01 busca descrever como a escola tem se preparado para formar leitores autônomos e conscientes de seu papel como cidadãos. As categorias analíticas 1, 2 e 3 possibilitaram essa descrição, através da análise e da reflexão sobre a concepção de Educação dos profissionais no processo ensino-aprendizagem; do Currículo pedagógico do multiletramento inserido nos projetos multiculturais; e da utilização pedagógica dos recursos tecnológicos na formação

leitora dos alunos. Conclui-se que o preparo e formação dos leitores proficientes, pela Escola pesquisada, tem sido feito por meio de um esforço muito grande dos docentes e equipe gestora, devido às dificuldades estruturais de acesso à conectividade. Soma-se a isto, os métodos pedagógicos tradicionais e falta de interações como pontos de formação profissional em serviço. Então o preparo de leitores autônomos e conscientes de seu papel como cidadãos está aquém do que se espera como direito de aprendizagem preconizado na Base Nacional Comum Curricular de 2017 e Referencial Curricular Amazonense de 2019.

Correlacionando o objetivo específico 2, que propõe identificar as dificuldades que os professores enfrentam no trabalho pedagógico em favor da prática dos multiletramentos com a multimodalidade presentes nos variados gêneros textuais, conclui-se que, os conceitos da multimodalidade e da multisssemiose ainda não estão muito claros aos docentes de Língua Portuguesa, ocasionando um certo distanciamento da qualidade reflexiva no ensino, na apropriação das práticas multiletradas do ensino. As análises das categorias 4 5 e 6, dificuldades enfrentadas por docentes de Língua Portuguesa na utilização nas novas tecnologias; desafios da inserção textual da multimodalidade e da multisssemiose na práxis pedagógica; processo de aperfeiçoamento docente nas demandas linguísticas e de aprendizagens da atualidade; respectivamente, revelam que a complexidade das relações sociais e, conseqüentemente das maneiras de aprender, têm intensificado as dificuldades de adaptação, reconhecimento, apropriação, preparo, reflexo, ação, reflexão, da escola. Esta, sofre profundas transformações, não somente de bases didático-pedagógicas, como também socioeconômicas, legais e ideológicas.

Na sequência temos o objetivo específico 3, no qual estabelece determinar se as estratégias de ensino-aprendizagem, inseridas na proposta curricular de Língua Portuguesa, favorecem a prática pedagógica estimulante, que desperte para o protagonismo na leitura e na produção textual. A conclusão aqui é positiva, constatando-se que o Referencial Curricular Amazonense, contempla um arcabouço considerável de reflexões com base teóricas contemporâneas, multiculturais, multiletradas, tecnológicas e contextuais para a formação leitora crítica, consciente e cidadã dos alunos da Rede Estadual de Educação do Amazonas. A categoria analítica 2 - Currículo pedagógico do multiletramento inserido nos projetos multiculturais -

possibilitou a consciência conclusiva de que, conquanto ainda não ter sido apropriado na sua totalidade por se tratar de um documento recentemente aprovado pelo Conselho Municipal de Educação/AM, o Referencial Curricular Amazonense adotado pelos profissionais da escola pesquisada, possui base legal; foi legitimamente construído por instâncias educacionais representativas democráticas; contempla a inserção das estratégias de ensino-aprendizagem, na área das linguagens em Língua Portuguesa, favorecendo a prática pedagógica estimulante, que desperte para o protagonismo na leitura e na produção textual.

Já o objetivo específico 4, indica a análise da estrutura do Projeto Político Pedagógico como documento norteador da identidade escolar e a consequente contribuição para a formação integral do aluno inserido no contexto educacional. O Projeto Político Pedagógico em questão encontra-se expirado desde 2014 e não recebeu ajustes ou revisões, portanto está obsoleto. A análise estrutural sinalizou que o documento não caracteriza a identidade do sujeito (crianças, adolescentes, jovens, adultos) em desenvolvimento nos diversos níveis de ensino do Ensino Fundamental na Escola pesquisada, por pautar suas reflexões de maneira generalizada e descontextualizada do período atual. Assim, é imperiosa a necessidade de reformulação do documento com o intuito de refletir a realidade circundante e contextual e cumprir a finalidade a que se destina.

Os desafios da inserção da prática pedagógica de multiletramento na formação do leitor proficiente nos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Estadual Maria Calderaro em Presidente Figueiredo/AM, estão evidenciados nas estruturas basilares legais e norteadoras que ainda não foram apropriadas e, totalmente abstraídas, pelos profissionais da Educação. Por outro lado, além do conhecimento deficiente do Referencial Curricular, da Base Nacional Comum Curricular; de um Projeto Político Pedagógico obsoleto de 2014, a dificuldade de acesso à conectividade e às ferramentas tecnológicas, de professores e alunos, é o maior problema/desafio para inserção da estratégia do multiletramento como ferramenta cognitiva e sistemática de ensino-aprendizagem.

As desigualdades educacionais são facilmente potencializadas pela falta de infraestrutura e de recursos tecnológicos em conectividade aos educadores, alunos e

comunidade escolar. Portanto, professores, pedagogos, pais e alunos lutam para subsistir num sistema de ensino tradicional em uma escola de práticas ultrapassadas, em contraste às exigências de uma sociedade multicultural, multiletrada, tecnológica e globalizada. O período pandêmico que teve início em março de 2020, acelerou as demandas por melhorias na Educação, melhorias essas de cunho pedagógico, formativo, estrutural e tecnológico. Professores sentem-se despreparados, trabalhando como podem, improvisando, buscando por conta própria alguma inovação pedagógica, a fim de alcançar avanços na aprendizagem de seus alunos.

Finalmente, entende-se a partir dos resultados desta pesquisa que, a despeito das dificuldades e/ou desafios impostos pelos sistemas de ensino, o profissional docente deve avançar, executar movimentos que o habilite às competências profissionais contemporâneas, através da formação contínua, a fim de extrair significação da práxis docente, compartilhando seus retrocessos, êxitos, projetos e estratégias eficazes ou não, no alcance da qualidade e do desenvolvimento educacionais, em sua maior potencialidade.

REFERÊNCIAS

- Amazonas (2019). *Referencial Curricular Amazonense-RCA para o Ensino Fundamental II*. Recuperado de: <https://www.sabermas.am.gov.br/pagina/jornada-pedagogica-2020-referencial-curricular>.
- Araman, E.M.O. (2009). *O Trabalho Pedagógico nos Espaços Educativos: pedagogia*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Braga (2009). Práticas Letradas Digitais: Considerações sobre Possibilidades de Ensino e de Reflexão Social Crítica. In A.S.R. Júnior et al. *Internet e Ensino: Novos gêneros, outros desafios*. (2. Ed, Parte II, pp. 181-96). Rio de Janeiro: Singular.
- Blasis, E., Falsarella, A.M., e Alavarse, O.M. (2013). *Avaliação e Aprendizagem: Avaliações Externas, perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino*. São Paulo: CENPEC, Fundação Itaú Social.

Brasil. (1996). *Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Atualizada 2019.

Recuperada de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

Brasil. (2017). Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular, versão homologada para a Educação Infantil e Ensino Fundamental da Educação Básica*. Brasília. DF. Recuperado de <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>

CEDAC (2016). Comunidade Educativa. *Projeto Político Pedagógico: orientação para o gestor escolar*. São Paulo: Fundação Santillana.

Coelho, L., e Pisoni, S. (2012). Vygotsky: sua teoria e a influência na educação. *Revista e-Pad Facos/CNEC Osório V.2 Nº1*. Recuperado de:

http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto_2012/pdf/vygotsky

Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília: DF. 464 p.

Libâneo, J.C. (2011). *Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente*. 13. ed. São Paulo: Cortez.

Ribeiro, A.E. (2016). *Textos Multimodais: Leitura e Produção*. 1ªed. São Paulo: Parábola.

Rojo, R.H.R. (2010). Coleção Explorando o Ensino Língua Portuguesa Vol. 19. In R.H.R. Rojo, R.H.R., e E.O. Rangel, (orgs) *Alfabetização e Letramentos Múltiplos: como alfabetizar letrando* (Cap. I, pp. 15-36). MEC, Brasília.

Rojo, R.H.R., e Moura, E. (orgs) (2012). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial.

Rojo, R.H.R., e Moura, E. (2019). *Letramentos, Mídias, Linguagens*. São Paulo: Parábola Editorial.

Sampieri, R.H.; Collado, C.H.; e Lucio, P.B. (2014). *Metodologia da Pesquisa*. 6ª Edição. México: McGRAW-HILL / Interamericana Editores, S.A. de C.V.

Santos, F.J. (2010). *História do Amazonas, 1ª série Ensino Médio*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: MemVavMem.